

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O HOMEM ECONÔMICO, A FILOSOFIA MORAL  
UTILITARISTA DE BENTHAM E O  
EMPOBRECIMENTO DA ECONOMIA**

JORGE RICARDO NERES SARAIVA NASCIMENTO DOS SANTOS  
matrícula nº: 110051598

ORIENTADOR(A): Prof.<sup>a</sup> Maria Silvia Possas

JANEIRO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O HOMEM ECONÔMICO, A FILOSOFIA MORAL  
UTILITARISTA DE BENTHAM E O  
EMPOBRECIMENTO DA ECONOMIA**

---

JORGE RICARDO NERES SARAIVA NASCIMENTO DOS SANTOS  
matrícula nº: 110051698

ORIENTADOR(A): Prof.<sup>a</sup> Maria Silvia Possas

JANEIRO 2017

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)*

Dedico este trabalho a Deus que me deu a vida e a todos que me ajudaram e me apoiaram em sua elaboração, à minha mulher e a meu filho que tanto apoio e carinho me deram.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado força e sabedoria para chegar até aqui, por me proporcionar o ar que respiro e o fôlego de vida. Agradeço à minha família, à minha esposa e ao meu filho recém-nascido, que me encheram de carinho, amor, afeto e esperança na vida, que passaram por momentos difíceis durante uma gravidez de risco que exigiu repouso absoluto, muitas idas à hospitais, uma internação e muita fé da nossa parte; fato que ocorreu enquanto escrevia esta monografia. Graças a Deus agora eles estão bem. Agradeço aos meus pais e meu irmão pelo incentivo que me deram para estudar durante toda a vida. Agradeço aos meus sogros e meu cunhado pelo apoio que me deram durante a realização desse trabalho que foi de grande gentileza e valia. Agradeço aos meus professores que com empenho e dedicação me ensinaram importantes lições acadêmicas e também lições que eu levo para a vida, agradeço especialmente à minha professora orientadora Maria Silvia Possas pelo empenho, dedicação, carinho e todo conhecimento, que me ajudaram na realização deste trabalho, sem os quais não seria possível realiza-lo.

## RESUMO

Este trabalho analisa o empobrecimento da Economia apontado por Amartya Sen e por Durkheim com o objetivo de analisar o papel da noção do homem econômico (conceito que é inspirado na filosofia moral utilitarista) nesse empobrecimento e em que medida a noção do homem econômico diverge dos pressupostos éticos da filosofia moral utilitarista de Bentham.

O empobrecimento da Economia no presente trabalho consiste no negligenciamento na teoria econômica da análise dos pressupostos éticos e demais fatores comportamentais que são inerentes ao comportamento econômico humano real e que não fazem parte da noção do homem econômico, causando perda para a Economia prejudicando a sua capacidade de analisar fenômenos econômicos reais ligados às tomadas de decisões econômicas. A importância da análise dos pressupostos éticos e do comportamento econômico real (com todas as suas peculiaridades) na Economia é ressaltada sob diferentes ângulos, já que estes são fatos objetivos que são decisivos nas tomadas de decisões econômicas.

Conclui-se que, a maioria dos pressupostos que compõem a noção do homem econômico (detentor de completa informação a respeito das suas opções de escolha, tem comportamento sempre constante e coerente, calculista e maximizador, é egoísta e não leva em consideração o interesse das outras pessoas) é devido em grande medida a uma influência positivista na metodologia da Economia (que causou uma busca por uma simplificação da realidade e também uma busca por uma isenção de julgamentos de valor visando uma pretensa objetividade). Somente o pressuposto de que o ser humano é orientado pela utilidade na noção de homem econômico é fiel à filosofia moral utilitarista de Bentham.

Apesar de tais limitações, a utilização do homem econômico tem os seus aspectos positivos, como realçado por Sen, ela ajuda a evidenciar certas relações entre variáveis interdependentes na sociedade. O problema é restringir o estudo do comportamento econômico humano somente à noção de homem econômico e negligenciar a incorporação de métodos e formas diferentes de ver e estudar esse comportamento na teoria econômica, o que causa grande limitação e empobrecimento da Economia.

Neste trabalho é demonstrado que na filosofia moral de Bentham o princípio da utilidade é abrangente: o autointeresse do indivíduo benthamiano não é restrito ao egoísmo, ele comporta as mais diversas valorações pessoais e leva em consideração a felicidade dos outros; há o reconhecimento das limitações humanas (de cognição, percepção, e a dificuldade de manter um comportamento sempre coerente), e também das dimensões políticas, morais e religiosas dos indivíduos (além da dimensão física). Tal fato abre espaço para diversas análises do comportamento humano e de suas valorações individuais que são importantes nas tomadas de decisões econômicas, diferentemente do homem econômico. Por fim, tendo em vista tais fatos, chega-se a conclusão de que o empobrecimento da Economia pode ser creditado também ao afastamento da teoria econômica (e, portanto, da noção do homem econômico) da filosofia moral utilitarista de Bentham.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – O EMPOBRECIMENTO DA ECONOMIA .....</b>	<b>9</b>
I.1 – OBJETIVOS DO CAPÍTULO.....	9
I.2 – O HOMEM ECONÔMICO .....	9
I.3 – METODOLOGIA NA ECONOMIA E O HOMEM ECONÔMICO .....	10
I.4 – O EMPOBRECIMENTO DA ECONOMIA: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA UTILIZAÇÃO DO HOMEM ECONÔMICO.....	15
<b>CAPÍTULO II – O UTILITARISMO DE BENTHAM .....</b>	<b>20</b>
II.1 OBJETIVOS DO CAPÍTULO .....	20
II.2 – O PRINCÍPIO DA UTILIDADE .....	20
II.3 – LIMITAÇÃO DA RACIONALIDADE HUMANA.....	22
II.4 – DIMENSÃO FÍSICA, POLÍTICA, MORAL E RELIGIOSA.....	24
II.5 – O AUTOINTERESSE DO INDIVÍDUO BENTHAMIANO E A INDETERMINAÇÃO DO QUE É PRAZEROSO E DOLOROSO	25
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>30</b>

## INTRODUÇÃO

Quando um aluno iniciante entra na faculdade de Economia, logo no começo de sua graduação, ele se depara com o conceito de utilidade na teoria econômica, principalmente na Microeconomia, na teoria do consumidor. Então, logo surgem as perguntas: O que é esse conceito de utilidade? De onde ele vem? Por que ele é usado na Economia dessa forma?

Logo em seguida, é fácil perceber as dificuldades, insuficiências e limitações da noção do homem econômico e uma das primeiras constatações que surgem é: Os seres humanos não se comportam desse modo, eles tem diversas motivações, valores e formas de agir. Ninguém tem capacidade de cognição ilimitada, nem detém completa informação a respeito das suas opções de escolha, e nem muito menos tem um comportamento sempre coerente e maximizador.

O ser humano é dotado de valores éticos e morais e tais valores influenciam nas suas escolhas e decisões econômicas bem como também as suas capacidades e limitações cognitivas. Desprezar tais fatores na teoria econômica faz com que a Economia se afaste da realidade e ignore o que realmente acontece nas tomadas de decisões econômicas causando o empobrecimento apontado por Amartya Sen (ganhador Prêmio Nobel de Economia de 1998) e por Durkheim (considerado por muitos como um dos pais da sociologia).

Na pretensão de isentar a Economia de julgamentos de valor e na busca de uma simplificação da realidade, a tradição positivista fez com que a noção de homem econômico fosse adotada de modo predominante como modelo comportamental na teoria econômica, sendo tal homem um ser de capacidade de cognição ilimitada, porém um ser muito pobre em termos de valores. Ambos os pontos são problemáticos, pois passam longe da realidade.

É de suma importância que as motivações humanas (os valores e pressupostos éticos) e o comportamento real humano (compreendendo as suas limitações de cognição e de conduta, e também as suas peculiaridades) sejam estudados, analisados e incorporados na teoria econômica, haja vista que tais fatores são fatos objetivos e influenciam de modo determinante as decisões econômicas.

Portanto, no capítulo I deste trabalho é evidenciado o empobrecimento da Economia causado pela adoção e uso predominante da noção do homem econômico na teoria econômica, analisando o papel deste nesse processo e demonstra-se que a adoção e a criação

de tal noção do comportamento humano é devido, em grande medida, à influência da metodologia positivista na Economia. Também se ressalta, sob diferentes ângulos, a necessidade de se incorporar a análise dos pressupostos éticos e do comportamento econômico real na teoria econômica.

O aluno de graduação mais aplicado logo descobre que o conceito de utilidade na teoria econômica e o homem econômico é inspirado na filosofia moral utilitarista de Bentham. Porém, a noção de homem econômico incorpora de fato os pressupostos éticos dessa filosofia moral? Na verdade, há um grande distanciamento entre o conceito de homem econômico e os pressupostos éticos do utilitarismo de Bentham.

Na filosofia moral de Bentham, o princípio da utilidade é abrangente e o autointeresse do indivíduo comporta as mais diversas valorações pessoais, além disso, Bentham reconhece as limitações de cognição e de comportamento humanas, e a influência de fatores políticos, morais e religiosos (além dos fatores físicos) sobre os indivíduos e as suas escolhas, o que abre espaço para diversas análises do comportamento humano. Desta forma, o empobrecimento da Economia pode ser creditado também ao distanciamento da teoria econômica (e do homem econômico) à filosofia moral utilitarista de Bentham. Tais fatos são evidenciados no capítulo II através da análise do utilitarismo de Bentham.

## **CAPÍTULO I – O EMPOBRECIMENTO DA ECONOMIA**

### ***1.1 – Objetivos do capítulo***

Neste capítulo objetiva-se evidenciar o empobrecimento da Economia causado pela adoção da noção do homem econômico, analisando o papel deste nesse processo e demonstrar que a adoção e a criação de tal noção do comportamento humano é devido em grande medida à influência da metodologia positivista na Economia. Também objetiva-se fundamentar, sob diferentes ângulos, que os valores e as motivações éticas são fatos objetivos bem como todos os demais aspectos comportamentais dos seres humanos ligados às tomadas de decisões econômicas evidenciando-se a necessidade de se incorporar a análise dos pressupostos éticos e do comportamento econômico real na teoria econômica.

### ***1.2 – O homem econômico***

O homem econômico é um modelo comportamental amplamente utilizado na teoria econômica, principalmente na Microeconomia, na teoria do consumidor. Nesse modelo o ser humano é um ser egoísta, com o seu autointeresse (o seu interesse pessoal) restrito somente a si próprio (sem levar em consideração o interesse dos outros), que age sempre de forma calculista maximizando a sua utilidade, que nesse contexto é a satisfação vinda do consumo de bens materiais. Ele também detém completa informação, ou seja, tem conhecimento de todas as informações disponíveis a respeito dos bens que pretende consumir.

Na teoria do consumidor, o homem econômico ao consumir visa somente maximizar a sua utilidade (prazer do consumo de bens) dada a sua restrição de orçamento (pois o prazer derivado do consumo é limitado pelo dinheiro disponível). O homem econômico é egoísta, ele leva em consideração somente a sua satisfação (a sua felicidade, sua utilidade), sem levar em consideração a felicidade alheia nas suas escolhas.

Tal visão é corriqueira e pode ser encontrada em diversos manuais de Microeconomia estudados nos cursos de graduação e pós-graduação em economia, como, por exemplo, no manual de Microeconomia de Garófalo cujo nome é “Teoria Microeconômica”:

O comportamento do consumidor individual é o objeto básico do estudo da teoria do consumidor (...).

Segundo a hipótese básica da teoria tradicional do consumidor, os indivíduos distribuem a totalidade de suas despesas de forma racional.

Entende a teoria por forma racional o comportamento que visa obter o máximo de satisfação dentro das limitações de orçamento. Quando se comporta racionalmente, o consumidor calcula deliberadamente, escolhe conscientemente e maximiza a sua satisfação ou utilidade. (...)

Como se percebe, o comportamento racional do consumidor, admitido pela teoria tradicional, é essencialmente baseado no Princípio Hedonístico de máxima satisfação ou prazer, com um mínimo de esforço ou sacrifício.(...)

a título de simplificação, a ignorância, a imperfeição do conhecimento (...) não são consideradas pela teoria tradicional do comportamento do consumidor.

De qualquer forma, mesmo levando em conta esses tipos de simplificações, a base da análise realizada pela teoria é a própria teoria da utilidade (GARÓFALO, 1986, p. 34,35).

Outro exemplo é no manual de Microeconomia de Salvatore intitulado “Microeconomia”:

Uma das abordagens à teoria da demanda é baseada na suposição de que cada consumidor pode medir (...) a utilidade ou satisfação que recebe ao consumir cada unidade particular de um bem ou serviço. Esta suposição não é realista, posto que o consumidor não se comporta desta maneira. Entretanto, aceitamos a teoria da demanda porque ela prediz o comportamento do consumidor corretamente (ou seja, o consumidor normalmente compra menos de uma mercadoria quando seu preço sobe). Desse modo, o consumidor se comporta como se medisse a satisfação, mesmo que assim não o faça (SALVATORE, 1984, p.1).

O homem econômico é inspirado na filosofia moral utilitarista, porém ele não incorpora todos os pressupostos éticos dessa filosofia moral, fato que será melhor analisado no capítulo II. A visão positivista da ciência teve uma forte influência na elaboração e na escolha do homem econômico como modelo comportamental predominante a ser adotado na teoria econômica, como será visto na seção seguinte.

### ***1.3 – Metodologia na Economia e o homem econômico***

O comportamento humano na teoria econômica é fortemente influenciado pela escolha de qual metodologia científica deve ser seguida na Economia. A discussão sobre o que pode ser considerado factual ou não (do que pode ser considerado conhecimento objetivo) nas ciências é muito antiga e decorrente de tal discussão, devido a uma influência positivista, a economia foi dividida em Economia positiva e Economia normativa.

Segundo Blaug, a distinção entre Economia positiva e Economia normativa é muito controversa e de longa data, e a Economia positiva geralmente é vista como o ramo da Economia que se atém a análise de fatos considerados econômicos enquanto que a Economia normativa elabora normas e prescrições (e, portanto trata de valores e juízos éticos):

A diferença entre economia positiva e economia normativa, entre economia “científica” e assessoria prática em questões de política econômica já completou 150 anos, e remonta aos escritos de Nassau Senior e John Stuart Mill. Em algum momento da segunda metade do século XIX, essa diferença bem conhecida na economia se tornou confusa e quase se confunde com uma questão acerca de diferença entre positivistas filosóficos sobre o “ser” e o “deveria ser”, entre fatos e valores, entre enunciados de declarações supostamente objetivas sobre o mundo e avaliações prescritivas dos estados do mundo. Agora dizia-se que a economia positiva versava sobre fatos e a economia normativa, sobre valores (BLAUG, 1980, p.165).

No sentido de estudar a raiz e o significado de tal discussão, Blaug salienta que foi David Hume que estabeleceu a distinção entre enunciados descritivos factuais que, só poderiam implicar em outros enunciados também factuais (enunciados positivos), e enunciados prescritivos (normativos) que são avaliações e juízos de valor, assim, os enunciados factuais tratariam de algo que pode ser testado enquanto que os enunciados normativos são avaliações e opiniões não testáveis passíveis somente de argumentação:

Foi David Hume, com sua obra *Treatise of Human Nature*, quem há muito tempo estabeleceu a proposição de que “não se pode deduzir o que deveria do que é”, que enunciados descritivos puramente factuais somente podem vincular ou implicar outros enunciados descritivos factuais e nunca normas, pronunciamentos éticos ou prescrições para se fazer alguma coisa. Essa proposição foi corretamente rotulada de “guilhotina de Hume” (BLACK, 1970, p. 24), implicando uma distinção lógica explícita entre o reino dos fatos e o reino dos valores. (...) Um enunciado do tipo “é” é simplesmente aquele materialmente verdadeiro ou falso: estabelece algo sobre o estado do mundo – que é dessa forma e não de outra – e podemos empregar métodos testáveis de forma interpessoal para descobrir se é verdadeiro ou falso. Um enunciado do tipo “deveria” expressa uma avaliação do estado do mundo – aprova ou desaprova, elogia ou condena, enaltece ou deplora – e podemos apenas usar argumentos para convencer os outros a aceitá-lo (BLAUG, 1980, p. 166,167).

Do lado daqueles que advogam a favor desta distinção na Economia, e ressaltam a importância da Economia positiva e desta se isentar de julgamentos de valor para se aproximar das ciências naturais (consideradas “objetivas”), pode ser destacado Friedman, um dos mais famosos defensores da Economia positiva, para ele, esta deveria independer de qualquer julgamento de valor e posição ética e poderia se tornar semelhante às ciências físicas:

A economia positiva independe, em tese, de qualquer posição ética especial ou de juízos normativos. No dizer de Keynes, ela trata “do que é” e não “do que deveria ser”. A tarefa dessa economia positiva é a de provar um sistema de generalizações passível de ser utilizado para fazer previsões corretas acerca das consequências de qualquer alteração das circunstâncias. O desempenho de uma tal economia será ajuizado em termos da precisão e do alcance das previsões e em termos do ajuste que haja entre tais previsões e a experiência. Em suma, a economia positiva é ou pode vir a ser uma ciência “objetiva”, exatamente como qualquer das ciências físicas (FRIEDMAN, 1953, p. 164,165).

Friedman defende que na Economia positiva as teorias tenham pressupostos irrealistas, pois seria importante ignorar várias circunstâncias ligadas ao fenômeno analisado, devido à infinita complexidade da realidade (e a impossibilidade de se analisar todas as variáveis), para que a teoria tenha um forte poder preditivo e permita fazer previsões acertadas:

Na medida em que se possa dizer existirem “pressupostos” de uma teoria e na medida que seu “realismo” seja passível de julgamento, independentemente da validade de previsões, a relação entre a importância de uma teoria e o “realismo” de seus “pressupostos” é praticamente o oposto do que sugere a concepção sob crítica. Hipóteses verdadeiramente importantes tem “pressupostos” que não passam de extravagantes e não-acuradas representações descritivas da realidade. Via de regra, quanto mais significativa uma teoria, tanto mais não-realistas ( nesse sentido) os seus pressupostos. A razão é simples. Uma hipótese é importante quando “explica” muito com base em pouco, ou seja, quando está em condições de delimitar, por abstração, partindo da massa de circunstâncias complexas e pormenorizadas que cercam o fenômeno a explicar, uma classe de elementos comuns e fundamentais, formulando previsões válidas cujo alicerce é, justamente, apenas essa classe de elementos cruciais. Consequentemente, para que seja importante, uma hipótese deve ser descritivamente falsa em seus pressupostos. Ignora e deixa de explicar várias circunstâncias presentes, cuja irrelevância para o fenômeno em tela decorre do próprio êxito da teoria (FRIEDMAN, 1953, p. 174).

A teoria do irrealismo dos pressupostos de Friedman exemplifica e evidencia um fato comum na Economia positiva, as teorias buscam simplificar a realidade através da montagem de esquemas analíticos conceituais que permitam analisar alguns fragmentos da realidade enquanto diversas outras variáveis são ignoradas.

O homem econômico estritamente autointeressado (que não leva em consideração os outros) e maximizador da própria utilidade não é realista e passa longe de se aproximar do comportamento econômico real dos seres humanos. É um conceito analítico de cunho positivista, uma fragmentação da realidade de modo a simplificá-la: modela o ser humano como um ser egoísta (e descarta outras motivações humanas); supõe o ser humano como um

ser que detêm conhecimento de todas as informações a respeito das suas opções de escolha (não levando em consideração as limitações cognitivas do ser humano e a pluralidade e heterogeneidade das capacidades intelectuais dos indivíduos); e caracteriza o ser humano como tendo um comportamento sempre coerente e maximizador de utilidade ( desprezando as incongruências, a espontaneidade, e outras características sempre presentes no comportamento humano nas suas tomadas de decisões econômicas).

Sen ressalta que a metodologia da Economia positiva, procurando se esquivar dos julgamentos de valor, acabou por deixar de lado a análise de considerações éticas mais complexas que influenciam de fato o comportamento econômico real humano:

Pode-se dizer que a importância da abordagem ética diminuiu substancialmente com a evolução da economia moderna. A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real (SEN, 1999, p. 23).

Portanto, devido à busca de isenção de valores e julgamentos éticos, e a busca de simplificação teórica, a teoria econômica acabou por adotar a noção de homem econômico de forma predominante. Porém, é fato que a Ciência Econômica é uma ciência que depende do comportamento das pessoas, este por sua vez, é impregnado de valores, pressupostos éticos, e todas as “imperfeições” e peculiaridades humanas, que, se ignorados ou simplificados demais, acabam por resultar em perda para a Ciência Econômica uma vez que esta deixará de analisar vários elementos e fenômenos cruciais nas tomadas de decisões econômicas.

O famoso filósofo da ciência Thomas Kuhn destaca que a ciência é impregnada de valores e que ela depende tanto dos valores individuais do cientista (considerados subjetivos) quanto dos valores compartilhados pela comunidade científica (considerados objetivos), portanto, o que é considerado objetivo não passa de julgamento de valor que é compartilhado pela comunidade científica, o que é mais um indicador de que os valores éticos e morais devem ser estudados pela ciência:

Ainda outras diferenças significativas são funções da personalidade. Alguns cientistas põem mais ênfase do que outros na originalidade e têm mais vontade, portanto, em tomar riscos; alguns cientistas preferem teorias

compreensivas, unificadas para soluções de problemas exactos e pormenorizados de alcance aparentemente restrito. Factores diferenciadores como estes são descritos pelos meus críticos como subjetivos, e são postos em contraste com os critérios partilhados ou objetivos de onde parti. Embora mais à frente ponha em questão este uso dos termos, vou aceita-los por enquanto. O meu ponto é, portanto, que toda a escolha individual entre teorias rivais depende de uma mistura de factores objetivos e subjectivos, ou de critérios partilhados e individuais (KUHN, 1973, p. 389).

Blaug semelhantemente ressalta que a aceitação (ou negação) de enunciados positivos depende de um consenso social, portanto, dependeria dos valores de determinado grupo:

A argumentação que desenvolvemos contra as implicações da guilhotina de Hume, entretanto, é bem diferente.(...) a aceitação ou rejeição de enunciados do tipo “é” não é um processo cognitivo muito diferente da aceitação ou rejeição de enunciados do tipo “deveria”; o objeto da controvérsia é que não existem enunciados do tipo “é” empíricos e descritivos considerados como verdadeiros que não se baseiem em um consenso social definido, segundo o qual “deveríamos” aceitar o enunciado do tipo “é” (BLAUG, 1980, p. 167,168)

Durkheim, por outro ângulo, ressalta a importância de se estudar os valores nas ciências que dependem do comportamento do ser humano, para ele os ideais (que são valores que influenciam a conduta humana) são fatos derivados da vivência em sociedade, são forças naturais assim como as leis físicas que regem o universo:

Se, portanto, o homem concebe ideais, se não pode mesmo prescindir de concebê-los e a eles se ligar, é porque ele é um ser social. É a sociedade que o impulsiona ou o obriga a erguer-se acima de si mesmo, e é ela também que para tanto lhe fornece meios. (...) Esses ideais são simplesmente as idéias com as quais se pinta e se resume a vida social (...) Mas esses ideais não são abstrações, frias representações intelectuais, despidas de qualquer eficácia. São essencialmente motores; porque, atrás deles, existem forças reais e ativas: são as forças coletivas, e por conseguinte forças naturais, ainda que sejam todas forças morais, e comparáveis àquelas que agem no resto do universo. O próprio ideal é uma força desse gênero; a ciência pode, portanto, estudá-lo. O ideal provém do real, ainda que o ultrapasse: eis por que o ideal pode se incorporar ao real (DURKHEIM, 1970, p. 110).

Para ele, não há diferença entre julgamentos de valor (normativos) e julgamentos de realidade (positivos), pois os ideais são fatos e, além disso, os conceitos na verdade são ideais por se tratarem de construções do espírito humano:

De que maneira, pois, devemos conceber a relação dos julgamentos de valor com os julgamentos de realidade?

Resulta do que apresentamos até agora que não existe entre eles diferenças de natureza. Um julgamento de valor exprime a relação de uma coisa com um ideal. Ora, o ideal é dado como a coisa, ainda que de outra maneira; é, pois, uma realidade a seu modo. A relação expressa uma coisa com duas:

termos de dados, tal como num julgamento de existência. Dir-se-á que os julgamentos de valor põem em jogo os ideais? Mas não é diferente o que ocorre com os julgamentos de realidade. Pois os conceitos são igualmente construções do espírito e portanto são ideais; não seria difícil demonstrar que eles são na realidade ideais coletivos, uma vez que não se podem constituir senão na linguagem e por meio da linguagem que é, no mais alto grau, uma coisa coletiva (DURKHEIM, 1970 , p. 112,113).

Portanto os valores e as motivações éticas são fatos objetivos bem como todos os demais aspectos comportamentais dos seres humanos ligados às tomadas de decisões . A análise do comportamento econômico real (que é permeado pelas relações sociais e inclui motivações éticas e comportamentos espontâneos, emocionais, e aparentemente incoerentes) é imprescindível na Ciência Econômica. Os valores, pressupostos e motivações éticas, comportamentos emocionais e espontâneos e, toda a gama de comportamentos, são fatos, devendo ser estudados pela Ciência Econômica uma vez que influenciam de forma determinante as escolhas econômicas. Devido à influência positivista e uma pretensa busca de isenção de juízos de valor e de simplificação teórica, tal análise foi frequentemente negligenciada. Não considerar tais variáveis, restringe absurdamente a teoria econômica.

#### ***1.4 – O empobrecimento da Economia: aspectos positivos e negativos da utilização do homem econômico***

O aspecto negativo da utilização do homem econômico é justamente o empobrecimento da Economia apontado por Sen e por Durkheim. Tal empobrecimento consiste no negligenciamento na teoria econômica da análise dos pressupostos éticos e demais fatores comportamentais que são inerentes ao comportamento econômico humano real e que não fazem parte da noção do homem econômico, causando perda para a Economia e prejudicando a sua capacidade de analisar fenômenos econômicos reais ligados às tomadas de decisões econômicas, como será visto nesta seção.

Ao restringir o estudo do comportamento do consumidor somente à teoria do consumidor (e a noção de homem econômico), diversos outros fenômenos ligados às decisões econômicas e às escolhas na hora de consumir acabam por serem ignorados. Durkheim em seu artigo de “La Science positive de la morale em Allemagne” publicada em 1887, diante da necessidade de compreender melhor os fenômenos econômicos reais ligados às tomadas de decisões, já analisava a relação entre Economia política e a moral, para ele os economistas ortodoxos viam essa relação de três maneiras, alguns reduziam a moral ao conceito de

utilidade e viam as duas ciências como não distintas, outras viam as duas ciências como paralelas e independentes mas que prestavam apoio mútuo uma a outra, e outros colocavam a moral fora da Economia política:

Os economistas ortodoxos entendem de três formas a relação entre a moral e a economia política. Para alguns, reduzindo-se o conceito de moral ao de utilidade, as duas ciências não são distintas, mas a segunda inclui a primeira. Outros afirmam que as duas são independentes, mas paralelas; desenvolvem-se lado a lado e prestam-se um mútuo apoio. (...) Finalmente, há a teoria mais simples dos que negam a existência do problema (...) Em outras palavras, ou eles não admitem a existência da moral em sentido estrito, ou a colocam mais ou menos fora da economia política (DURKHEIM, 2016, p. 14)

Porém, ao contrário do que pensavam o primeiro grupo de economistas apontados por Durkheim, não é possível reduzir a moral ao conceito de utilidade empregado na teoria econômica, pois tal conceito é muito restrito (e longe da realidade). A maneira como ele é empregado na teoria econômica e o seu significado nela é totalmente diferente de como ele é empregado e do seu significado na filosofia moral utilitarista de Bentham (esta sim, pois, é uma filosofia moral, e das mais influentes e tradicionais), assunto que será melhor analisado no capítulo II.

Para Durkheim a Economia deveria estudar profundamente as questões éticas, para ele “O problema da economia política é ético por natureza; seu objetivo é moral” (DURKHEIM, 2016, p. 15) e, o mesmo já destacava as dificuldades na Economia, como falta de precisão, originadas do negligenciamento do estudo das motivações reais humanas e do comportamento real humano (que inclui o estudo das questões ligadas à ética) na teoria econômica:

“Entretanto, é preciso reconhecer que a tais fórmulas, geralmente satisfatórias para economistas, falta precisão. Devem ser entendidas menos como doutrinas científicas propriamente ditas do que como nobres aspirações justificadas pela compreensão errônea de fatos mal analisados” (DURKHEIM, 2016, p. 16).

Mais contemporaneamente, Sen em sua obra “Sobre Ética e Economia” publicada em 1987, ressalta tal perda ocorrida para a Economia por afastar-se da análise do comportamento econômico humano real, para ele, a Economia teria tido duas origens, uma referente “à ‘ética’, de um lado, e ao que poderíamos denominar ‘engenharia’, de outro” (SEN, 1999, p. 19) e, em contraposição à abordagem “ética” da Economia, a abordagem “engenheira” seguiu uma tradição positivista e se omitiu de analisar questões éticas mais complexas, caracterizando o ser humano de modo simples e irrealista como ocorre no conceito de homem econômico:

Essa abordagem caracteriza-se por ocupar-se de questões primordialmente lógicas em vez de fins supremos e de questões como o que pode promover o “bem para o homem” ou o “como devemos viver”. Considera que os fins são dados muito diretamente, e o objetivo do exercício é encontrar os meios apropriados de atingi-los. O comportamento humano nessa abordagem baseia-se tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis (SEN, 1999, p. 20).

Ele destaca que esta caracterização simplista e irrealista do ser humano como um ser egoísta que ocorre no conceito de homem econômico acaba por identificar a racionalidade como sendo igual à maximização do autointeresse centrado somente no próprio:

Examino agora a segunda abordagem da racionalidade – a da maximização do auto-interesse. (...) Em termos de linhagem histórica, a interpretação da racionalidade como auto-interesse é bastante antiga, e há vários séculos tem sido uma das características principais da teorização econômica predominante.

(...) Por que deveria ser *unicamente* racional empenhar-se pelo auto-interesse excluindo todo o resto?(...) asseverar que tudo o que não for maximização do auto-interesse tem de ser irracional parece absolutamente insólito.

A visão da racionalidade como auto-interesse implica, *inter alia*, uma decidida rejeição da concepção da motivação “relacionada à ética”. (...) Considerar qualquer afastamento da maximização do auto-interesse uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na real tomada de decisão (que não seja alguma variação ou mais um exemplo daquela exótica concepção moral conhecida como “egoísmo ético”) (SEN, 1999, p.31. Grifo no original).

Em contraposição a essa racionalidade e essa definição de comportamento do homem econômico, Simon caracteriza a racionalidade como algo instrumental, como um meio para se obter determinados fins, enquanto que os fins dependem dos valores dos indivíduos:

A razão funciona, por conseguinte, só depois de ter recebido um conjunto adequado de informações iniciais, ou premissas. (...) a razão é totalmente instrumental. Não nos pode dizer para onde vamos; quando muito pode indicar-nos como lá chegar. É uma arma mercenária que pode ser posta ao serviço de qualquer dos nossos objetivos, bons ou maus (SIMON, 1983, p.16).

Portanto, a racionalidade comporta toda uma gama de comportamentos e caracterizar como racional somente o comportamento sempre calculista maximizador da própria utilidade e egoísta (que não leva em consideração o interesse dos outros), como ocorre no conceito de

homem econômico, implica em uma grande pobreza analítica resultante de: primeiro tal suposição não é realista, segundo ela ignora todas as demais possibilidades comportamentais.

Vendo a questão de caracterizar o homem como um ser egoísta, “o homem econômico” por outro ângulo, Durkheim salienta que, a função da moral é permitir que os homens vivam em sociedade:

Sem nos propormos discutir as bases últimas da ética, parece-nos indiscutível que a função prática da moral é na realidade tornar a sociedade possível, ajudar as pessoas a viverem juntas sem muitos prejuízos ou conflitos, em resumo, dar salvaguarda aos grandes interesses coletivos (DURKHEIM, 2016, p. 18).

Desta forma, não considerar os pressupostos éticos e morais caracterizando o ser humano como um ser estritamente egoísta significa desprezar o ser humano enquanto ser social. A adoção da noção do homem econômico na teoria econômica e a restrição do estudo do comportamento econômico de forma predominante somente a tal noção, fez com que ela deixasse de analisar vários aspectos do comportamento humano cruciais para a tomada de decisões econômicas: considerações éticas e morais (que norteiam as motivações e as finalidades humanas o que causa grande impacto na relação dos seres humanos com o mundo, com a sociedade, e com o dinheiro e as decisões econômicas) e diversos comportamentos decorrentes das suas limitações cognitivas (devido à impossibilidade de se obter todas as informações relativas às suas opções de escolha, a impossibilidade de ter um comportamento sempre calculista e maximizador, e todas as demais características da cognição humana que não obedecem à noção do homem econômico).

Apesar de tantas limitações, a utilização da noção de homem econômico tem seu proveito e seus aspectos positivos, como realça Sen, ela ajuda a evidenciar certas relações entre variáveis interdependentes na sociedade, como por exemplo, a relação entre preços e a demanda do consumidor:

Eu diria que a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética. (...)

Primeiro, não afirmo que a abordagem “engenheira” da economia não foi proveitosa. A meu ver, ela frequentemente o foi. Muitos são os aspectos aos quais a economia conseguiu proporcionar melhor compreensão e esclarecimento precisamente graças ao amplo emprego da abordagem engenheira.

Essas contribuições foram possíveis *apesar* do descaso pela abordagem ética (...) Embora essas teorias frequentemente sejam abstratas, não só no sentido de caracterizarem as instituições sociais de maneira bastante simples mas também de conceber os seres humanos em termos

muito restritos, elas indubitavelmente facilitaram o entendimento da natureza da interdependência social. Essa interdependência constitui um dos aspectos mais complexos da economia em geral, e as concepções derivadas dessas análises teóricas revelaram-se úteis mesmo em problemas práticos prosaicos (SEN, 1999, p. 23,24. Grifo no original).

O problema é restringir o estudo do comportamento econômico humano somente à noção de homem econômico e negligenciar a incorporação de métodos e formas diferentes de ver e estudar esse comportamento na teoria econômica, o que causa grande limitação e empobrecimento da capacidade de análise de fenômenos econômicos ligados às tomadas de decisões econômicas na Economia. Apesar da noção do homem econômico utilizar o conceito de utilidade que é inspirado na filosofia moral utilitarista, ela está longe de integrar todos os seus pressupostos éticos e ter a riqueza analítica de tal filosofia moral, como será analisado no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO II – O UTILITARISMO DE BENTHAM**

### ***II.1 Objetivos do capítulo***

Neste capítulo analisa-se a filosofia moral utilitarista de Bentham com o objetivo de evidenciar que a noção de homem econômico, apesar de inspirada no utilitarismo de Bentham, não incorpora muitos dos pressupostos éticos desta, havendo um grande distanciamento entre ambas.

### ***II.2 – O princípio da utilidade***

Jeremy Bentham foi um autor inglês de grande impacto e relevância em diferentes campos do conhecimento, principalmente da Ética e do Direito. Em seu livro “Uma introdução aos Princípios da Moral e da Legislação”, escrito em 1789, ele estrutura a sua filosofia moral utilitarista. Segundo Sandel, Bentham “fundou a doutrina utilitarista” (SANDEL, 2012, p. 48), e entre os maiores defensores do utilitarismo, ele foi o “mais consistente” (SANDEL, 2012, p.71).

A sua filosofia moral utilitarista influenciou a Ciência Econômica e a concepção do comportamento dos agentes na teoria econômica tradicional, inspirando o conceito de utilidade na noção do “homem econômico”. O conceito de utilidade na teoria econômica e o conceito de “homem econômico” são simplificações do conceito de utilidade no utilitarismo de Bentham e da visão do comportamento humano nela.

Bentham procura analisar o comportamento dos homens a partir do que estes seriam obrigados a fazer, para ele existe dois “senhores soberanos”, a dor (insatisfação, infelicidade) e o prazer (satisfação, a felicidade) que governariam todos os atos humanos e seria impossível sair do domínio deles; tal sujeição seria uma imposição da natureza, fazendo parte da constituição humana:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e por outra, a cadeia das causas e dos efeitos.

Os dois senhores de que falamos nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos, sendo que qualquer tentativa que façamos para sacudir este senhorio outra coisa não faz senão demonstrá-lo e confirmá-lo. Através das suas palavras, o homem pode pretender abjurar tal domínio, porém na realidade permanecerá sujeito a ele em todos os momentos da sua vida. (BENTHAM, 1979, p. 3. Grifo no original).

Desta forma, o princípio da utilidade é o critério segundo o qual todas as ações, condutas e tomadas de decisões humanas estão submetidas, e por esse critério é que todas as ações serão julgadas, de acordo com a utilidade (com o prazer e impedimento da dor) que gerarem:

Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou comprometer a referida felicidade. Digo qualquer ação, com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida de governo.

O termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isto, no caso presente, se reduz à mesma coisa), ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta (BENTHAM, 1979, p. 4).

Na visão do autor o princípio da utilidade é um princípio basilar, norteador de tudo, e que por isso mesmo, por ser um princípio primaz, não pode ser demonstrado ou provado. O autor inglês não consegue imaginar outro princípio que possa ser anterior ao princípio da utilidade:

Será este princípio suscetível de alguma demonstração direta? Parece que não. Com efeito, o princípio que se utiliza para demonstrar todas as outras coisas não pode ele mesmo ser demonstrado; uma cadeia de demonstrações deve ter seu início em algum ponto. Consequentemente, fornecer uma tal demonstração é tão impossível quanto supérfluo. (BENTHAM, 1979, p. 5)

Apesar da filosofia moral utilitarista de Bentham partir da análise do indivíduo, ela tem também como objetivo ajudar a nortear legisladores e gestores de políticas públicas ao formularem ações estatais e leis que atingirão toda uma sociedade, e isto fica claro em diversas passagens do seu livro “Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação” (tendo até no título da obra tal indicação), como, por exemplo, em:

A missão dos governantes consiste em promover a felicidade da sociedade, punindo e recompensando.

A parte da missão de governo que consiste em punir constitui mais particularmente o objeto da lei penal. A obrigatoriedade ou necessidade de punir uma ação é proporcional à medida em que tal ação tende a perturbar a felicidade e à medida em que a tendência do referido ato é perniciosa. Ora, a felicidade consiste naquilo que já vimos, ou seja, em desfrutar prazeres e estar isento de dores.

A tendência geral de um ato é mais perniciosa ou menos perniciosa, de acordo com a soma total das suas consequências, isto é, conforme a diferença entre a soma das consequências boas e a soma das consequências funestas (BENTHAM, 1979, p. 19).

Deste modo, Bentham propõe que seja feito um balanço para que se estime a tendência geral (boa ou má) de um ato, e nesse balanço é estimado de um lado todos os prazeres e de outro todas as dores das pessoas que são afetadas por tal ato, se o balanço for positivo ao prazer o ato tem tendência geral boa, caso contrário terá tendência geral má:

Faze uma avaliação do *número* de pessoas cujos interesses aparecem em jogo e repete o processo[...] a cada uma delas. *Soma* depois os números que exprimem os graus da tendência *boa* inerente ao ato, com respeito a cada um dos indivíduos em relação ao qual a tendência do ato é *boa* em seu conjunto. Ao depois, faz o mesmo com respeito a cada indivíduo em relação ao qual a tendência do ato é *má* em seu conjunto. Feito isto, procede ao *balanço*. Este, se for favorável ao *prazer*, assinalará a *tendência boa* geral do ato, em relação ao número total ou à comunidade dos indivíduos em questão. Se o balanço pesar para o lado da dor, teremos a *tendência má* geral, com respeito à mesma comunidade (BENTHAM, 1979, p. 17,18. Grifo no original).

Ele deixa claro que o seu balanço é apenas um método para ajudar a nortear as escolhas individuais e a formulação de leis e políticas públicas para grupos sociais e que tal método na prática é impossível de ser empregado em sua totalidade:

Não se pode esperar que o referido método possa ser seguido a rigor antes de qualquer julgamento moral, ou antes de qualquer ação legislativa ou judicial. Todavia, o método como tal pode ser sempre mantido diante dos olhos; e, na medida em que o processo atualmente seguido nessas ocasiões se aproximar dele, na mesma medida tal processo se aproximará da exatidão (BENTHAM, 1979, p. 18).

Portanto, assim como a noção do homem econômico, o indivíduo benthamiano é orientado pela utilidade, porém este último tem limitações que o impossibilitam de ser sempre calculista e maximizador de utilidade, como será melhor analisado a seguir.

### **II.3 – Limitação da racionalidade humana**

Bentham reconhece que nem todas as ações são feitas de modo intencional e também que nem todas as consequências obtidas na execução de uma ação são intencionais:

Muito facilmente pode acontecer que o ato seja intencional, sem que o sejam as consequências, sendo este caso muito frequente. Assim, por exemplo, pode alguém ter a intenção de tocar uma pessoa, sem tencionar feri-la; e, no entanto, conforme for o andamento das consequências, pode ser que se fira a pessoa.

Pode igualmente acontecer que as consequências de um ato sejam intencionais, sem que o próprio ato seja totalmente intencional, isto é, sem que o seja em todas as etapas de sua concretização. Todavia, este caso não é tão frequente como o anterior (BENTHAM, 1979, p. 23).

Em outra passagem ele salienta a dificuldade dos seres humanos de manterem uma conduta constantemente coerente, realçando as “imperfeições” do comportamento humano: “Com efeito, esta é a matéria de que é feito o homem: em princípio e na prática, na senda reta ou errada, a qualidade humana mais rara é a coerência e a constância no modo de agir e pensar” (BENTHAM, 1979, p.5).

O autor ressalta também que o conhecimento das circunstâncias ligadas a cada ato depende das faculdades intelectuais de cada ser humano e que estas são limitadas, sendo possível somente tomar conhecimento de apenas algumas delas, ou seja, nenhum indivíduo obtém ou é capaz de obter completa informação a respeito de todas as circunstâncias que rodeiam os seus atos e as suas escolhas:

Outro elemento a notar é o seguinte. Das circunstâncias de todos os tipos que efetivamente acompanham um acontecimento, apenas um número muito reduzido pode ser descoberto, mesmo exercitando-se ao máximo as faculdades da percepção humana; o número das circunstâncias que atraem a nossa atenção é ainda mais reduzido. Conforme a ocasião, um número maior ou menor delas será descoberto por uma pessoa em proporção da perspicácia das suas faculdades intelectuais ou da sua inclinação (BENTHAM, 1979, p. 22).

Diferentemente da noção do homem econômico empregada na teoria econômica, na filosofia moral utilitarista de Bentham o ser humano é visto como um ser que não detém informação completa a respeito das circunstâncias que envolvem as suas escolhas e que não possui um comportamento coerente todo o tempo (é visto como um ser que tem falhas, que tem limitações cognitivas e não consegue sempre agir de forma coerente para maximizar a sua utilidade apesar de sempre tentar buscar o prazer e evitar a dor).

## II.4 – Dimensão física, política, moral e religiosa

Bentham julga ser necessário analisar de onde se originam as dores e os prazeres para poder entender melhor a dinâmica da moralidade humana e o comportamento dos agentes na sociedade e, deste modo, qualifica as fontes de dor e de prazer como sendo de quatro tipos diferentes (física, política, moral, e religiosa) e as chama de “sanções” (para ele, fonte de poderes obrigatórios):

Existem quatro fontes distintas, das quais costumam derivar o prazer e a dor; consideradas em separado, podemos designá-las como fonte *física*, fonte *política*, fonte *moral* e fonte *religiosa*. Na medida em que os prazeres e as dores pertencentes a cada uma delas são capazes de emprestar a qualquer lei ou regra de conduta uma força obrigatória, todas elas podem ser denominadas *sanções* (BENTHAM, 1979, p. 13. Grifo no original).

Segundo Bentham, a sanção física seria derivada dos aspectos naturais e físicos da vida, não havendo nela intervenção extraordinária de divindades e nem de seres humanos:

Se o prazer ou a dor têm lugar ou se esperam na vida presente e no curso ordinário da natureza, não propositadamente modificado pela interposição da vontade de algum ser humano nem por alguma interposição extraordinária de algum ser invisível superior, podemos dizer que tal prazer ou tal dor derivam da – ou tem relação com a – *sanção física* (BENTHAM, 1979, p. 13. Grifo no original).

Ela seria o vetor de ação das outras sanções:

Das quatro sanções de que tratamos até aqui, podemos observar que a física é o fundamento da política e da moral, o mesmo acontecendo em relação à religiosa, na medida que esta se relaciona com a vida presente. A sanção física está incluída em cada uma das outras três. Pode ela operar em qualquer caso (...) independentemente das *outras* três, porém nenhuma dessas últimas pode operar senão por meio dela (BENTHAM, 1979, p. 15. Grifo no original).

Portanto, Bentham considera que os indivíduos tem as suas escolhas afetadas por fatores físicos, morais, políticos e religiosos, os indivíduos tem dimensões políticas, morais e religiosas além da dimensão física diferentemente da noção de homem econômico que somente maximiza a utilidade advinda do consumo de bens materiais, consumo esse orientado apenas por uma motivação egoísta. Ou seja, o homem econômico não tem dimensões políticas, morais e religiosas.

## **II.5 – O autointeresse do indivíduo benthamiano e a indeterminação do que é prazeroso e doloroso**

O comportamento humano no utilitarismo de Bentham não é limitado a um autointeresse egoísta, nele as pessoas levam em consideração a utilidade dos demais indivíduos em suas decisões, o autor inglês salienta a existência da circunstância da extensão que é “o número de pessoas às quais *se estende* o respectivo prazer ou a respectiva dor; em outros termos, o número de pessoas afetadas pelo prazer ou pela dor em questão” (BENTHAM, 1979, p. 17. Grifo no original) que deve ser considerada pelos indivíduos ao tomarem as suas decisões.

Bentham considera que o prazer do indivíduo é afetado pelo prazer dos outros indivíduos, sendo o princípio da utilidade o princípio que visa a maior felicidade de todos que são afetados por alguma ação ou escolha e não somente a maior felicidade do autor da ação:

O princípio [o autor se refere ao princípio da utilidade] que estabelece a maior felicidade de todos aqueles cujo interesse está em jogo, como sendo a justa e adequada finalidade da ação humana, e até a única finalidade justa, adequada e universalmente desejável; da ação humana, digo, em qualquer situação ou estado de vida (BENTHAM, 1979, p.3).

Na filosofia moral utilitarista de Bentham cada ser tem uma opinião e, portanto, os seus próprios valores, os quais serão submetidos ao princípio da utilidade:

Ora, quando se profere uma palavra como sendo usada em um sentido bom, o que se quer dizer é apenas o seguinte: que, em conjunção com a idéia do objeto que ela deve significar, ela carrega uma idéia de *aprovação* – isto é, de um prazer ou satisfação, subentendida pela pessoa que emprega o termo ao pensar tal coisa. De maneira análoga, quando se profere uma palavra como sendo usada em um sentido mau, o que necessariamente se quer dizer é apenas o seguinte: que, em conjunção com a idéia do objeto que ela deve significar, ela carrega uma idéia de *desaprovação* – isto é, de um desprazer subentendido pela pessoa que emprega o termo ao pensar em tal coisa. Ora, a circunstância na qual se fundamenta uma tal desaprovação será, tão naturalmente como qualquer outra, a opinião da *qualidade boa* da coisa em questão, conforme acima explanamos: assim, pelo menos, deve ser, com base no princípio da utilidade. Assim também, por outra parte, a circunstância na qual se fundamenta uma tal desaprovação será, tão naturalmente como qualquer outra, a opinião da *qualidade má* da coisa: tal, pelo menos, deve ser na medida em que o princípio da utilidade for considerado como norma (BENTHAM, 1979, p.32. Grifo no original).

Bentham considera que os indivíduos são dotados do que ele chama de “disposição”, essa “disposição” exprime os valores individuais de cada ser e aquilo que lhes é peculiar e estrutura a sua inteligência, ela atua levando-se em consideração a felicidade da coletividade:

... a qualidade boa ou má não pode ser predicada pelos motivos. Pergunta-se agora: não existirá nada na pessoa, que possa ser denominado bom ou mau (...)? Certamente que sim; é a sua *disposição*.

A disposição é uma espécie de ente fictício, criado para a conveniência do discurso, com o objetivo de exprimir o que se supõe ser *permanente* na estrutura ou inteligência de uma pessoa, (...).

Acontece com a disposição o que sucede com qualquer outra coisa: será boa ou má de acordo com os seus efeitos, isto é, de acordo com os efeitos que tem quanto a aumentar ou diminuir a felicidade da coletividade (BENTHAM, 1979, p. 50. Grifo no original).

Ou seja, os indivíduos possuem valores diversos que orientam as suas noções de prazer (e dor) e conseqüentemente orientam as suas escolhas.

É importante realçar que Bentham destaca a existência de diferentes tipos de conduta, o que é mais um indicador de que ele considera as diferentes valorações pessoais:

*Sanctio*, em latim, era usada para significar o *ato de ligar* e, por efeito de uma transição gramatical comum, *tudo o que serve para ligar uma pessoa* – isto é, ligá-la à observância deste ou daquele modo de conduta(...) Portanto, uma sanção é uma fonte de poderes obrigatórios ou *motivos*, isto é, de *dores* e *prazeres*; os quais, conforme estiverem relacionados com estes ou aqueles modos de conduta, atuam como *motivos*, sendo na verdade as únicas coisas que podem atuar como tais (BENTHAM, 1979, p.13. Grifo no original).

Portanto, Bentham não tentou definir o que deve ser prazeroso e o que deve ser doloroso, pois ele sabia que isto dependia de valores subjetivos de cada indivíduo (como, por exemplo, o grau de altruísmo e de egoísmo de cada ser). Devido a isso, para ele não existe nenhum motivo intrinsecamente mau ou bom, pois qualquer motivo ao relacionar-se com os valores individuais de cada ser pode originar dor ou prazer:

Um motivo não é substancialmente outra coisa senão o prazer ou a dor operando de uma determinada forma.

Ora, o prazer é em *si mesmo* um bem – não só isto, mas até o único bem, abstraindo da imunidade da dor; e a dor é em si mesma um mal – não só isto, mas o único mal, sem exceção. De outra forma, as palavras bem e mal não têm nenhum significado.

Ora, o que acabamos de dizer é igualmente verdadeiro com relação a qualquer espécie de dor e a qualquer espécie de prazer. Donde se infere, de maneira imediata e incontestável, que *não existe nenhuma espécie de motivo que seja em si mesmo (intrinsecamente) mau.* (...)

No que tange à qualidade boa ou má de algo, acontece com os motivos o mesmo que acontece com tudo o que não seja em si mesmo dor ou prazer (estes sim, e só estes, são intrinsecamente maus, respectivamente bons). Se os motivos são bons ou maus, será exclusivamente em razão de seus efeitos (BENTHAM, 1979, p. 31. Grifo no original).

Desta forma, na busca pelo prazer e a isenção de dor o indivíduo benthamiano seguirá os seus próprios valores e preferências pessoais que incluem valores como altruísmo, simpatia e outros (variando a medida desses valores de pessoa para pessoa).

Por exemplo, uma pessoa que se sacrifica por alguma causa (que ela considere maior): esta pessoa, apesar de sofrer devido ao seu sacrifício ficará feliz (satisfeita, realizada) por se sacrificar por uma causa que ela considere maior e tal felicidade (tal satisfação, realização) para tal pessoa, devido às suas preferências e valorações pessoais, é maior do que a dor do sacrifício levando-a a sacrificar-se. O princípio da utilidade abrange tal possibilidade e outros casos semelhantes.

Portanto, o utilitarismo de Bentham não negligencia a capacidade dos seres humanos assumirem compromissos que lhes sejam “aparentemente” penosos ou sacrificantes antes, se alguém assume determinado compromisso ou realiza determinada tarefa que lhe é de algum modo desagradável, é porque terá maior utilidade em fazê-la do que em não fazê-la. E se alguém deseja que algo aconteça, é porque tal acontecimento lhe trará de alguma forma prazer (ou evitamento de dor).

No princípio da utilidade de Bentham, mesmo nos casos em que as pessoas fazem algo que para elas é penoso (doloroso, ou simplesmente não lhes dão prazer) elas o fazem devido a algum sentimento de dever, obrigação, ou por achar que seja o certo a ser feito e, para tais pessoas, a felicidade (ou a satisfação, ou ainda o evitamento da dor) trazida a elas por cumprir com aquilo que elas acham ser seu dever fazer (ou se veem por algum motivo ou por alguém impostas a fazer) é maior do que o desconforto (ou a dor) trazida por fazer o tal ato que lhes seja penoso.

Deste modo, o indivíduo benthamiano leva em consideração o interesse e a felicidade dos outros, ele não é estritamente egoísta, ao contrário do homem econômico, que é egoísta e só leva em consideração o interesse próprio em suas escolhas. O autointeresse do indivíduo

benthamiano é guiado por diferentes valorações pessoais e leva em consideração a felicidade dos outros em suas escolhas.

## CONCLUSÃO

A filosofia moral utilitarista de Bentham inspirou o conceito de homem econômico, porém a noção de homem econômico está longe de incorporar todos os seus pressupostos éticos.

A influência positivista na metodologia da Economia fez com que na Ciência Econômica fosse buscada uma simplificação da realidade e também uma isenção de julgamentos de valor, o que fez com que a noção de homem econômico carregasse uma forte influência positivista que afeta os seus seguintes pressupostos: o ser humano estritamente egoísta (que só leva em consideração a si mesmo), sempre calculista e maximizador da própria utilidade, com capacidade de cognição ilimitada e completa informação, e com comportamento sempre constante e coerente, são devidos a essa influência.

O empobrecimento da Economia no presente trabalho, destacado por Sen, e apontado também por Durkheim, consiste no negligenciamento na teoria econômica da análise dos pressupostos éticos e demais fatores comportamentais que são inerentes ao comportamento econômico humano real e que não fazem parte da noção do homem econômico, causando perda para a Ciência Econômica e prejudicando a sua capacidade de analisar fenômenos econômicos reais ligados às tomadas de decisões econômicas. A importância da análise dos pressupostos éticos e do comportamento econômico real (com todas as suas peculiaridades) na Economia é fundamental, já que estes são fatos objetivos que são decisivos nas tomadas de decisões econômicas.

O homem econômico é um instrumento analítico de cunho positivista, onde através da abstração e negligenciamento de diversas variáveis, monta-se um esquema teórico conceitual para analisar como algumas variáveis se relacionam entre si em um determinado fenômeno. Ao designar o comportamento humano como totalmente egoísta, deixa-se de analisar outros fatores do comportamento humano que influenciam nas tomadas de decisões econômicas, como o sentimento de altruísmo e todas as outras valorações morais que norteiam a conduta humana e são importantes nas tomadas de decisões econômicas.

Ao considerar o homem como um ser sempre calculista e maximizador, despreza-se vários comportamentos que são corriqueiros no cotidiano das pessoas e influenciam as suas decisões econômicas e despreza-se também as suas limitações: o ser humano muitas vezes age de modo impulsivo, emocional, e de modo aparentemente incongruente. Da mesma forma, ao considerar o ser humano como um ser que detém todas as informações referentes às suas opções de escolha despreza-se as limitações humanas de cognição e percepção, e também a maneira como de fato os indivíduos fazem as suas escolhas econômicas.

Apesar disso, a utilização do homem econômico tem os seus aspectos positivos, como realça Sen, ela ajuda a evidenciar certas relações entre variáveis interdependentes na sociedade, o problema é restringir o estudo do comportamento econômico humano somente à noção de homem econômico na teoria econômica e negligenciar a incorporação de métodos e formas diferentes de ver e estudar esse comportamento, o que causa grande limitação e empobrecimento da Economia.

A filosofia moral utilitarista de Bentham não partilha de tais pressupostos, Bentham reconhece que os homens nem sempre se comportam de maneira constante e coerente, e que eles tem limitações cognitivas que os impossibilitam de tomar consciência de todas as informações e circunstâncias ligadas direta ou indiretamente às suas opções de escolha.

O indivíduo benthamiano não é estritamente egoísta, o seu autointeresse comporta as mais diversas valorações pessoais possíveis e leva em consideração a felicidade dos outros, a felicidade do indivíduo não depende apenas do que só acontece com ele, a felicidade dele depende também do que acontece com os outros, depende da felicidade dos outros.

Portanto, o homem econômico não incorpora muitos dos pressupostos éticos do utilitarismo de Bentham, incorpora somente que o indivíduo seria orientado pela utilidade, porém o modo como esse indivíduo é orientado pela utilidade é totalmente diferente.

O princípio da utilidade de Bentham é bastante abrangente diferentemente da noção do homem econômico: no homem econômico o indivíduo é egoísta, no utilitarismo de bentham o indivíduo tem o seu autointeresse guiado por diferentes valorações pessoais e leva em consideração a felicidade dos outros em suas escolhas; no homem econômico o indivíduo é calculista e maximizador, em Bentham o indivíduo tem limitações cognitivas e muitas vezes age de modo inconstante e incoerente; no homem econômico o indivíduo detém todas as informações relativas as suas opções de escolhas, em Bentham o indivíduo tem percepção

limitada e não consegue tomar ciência de todas as informações e circunstâncias envolvidas em suas escolhas; o homem econômico não tem dimensões políticas, morais e religiosas, em Bentham tais dimensões do indivíduo são consideradas.

Essa abrangência abre espaço para diversas análises do comportamento humano e de suas valorações individuais que são importantes nas tomadas de decisões econômicas. O indivíduo benthamiano é, afinal, um indivíduo mais realista que o homem econômico e, portanto dá margem para análises mais complexas e próximas da realidade. Assim, o empobrecimento da Economia pode ser creditado também ao afastamento do homem econômico e, portanto, da teoria econômica, da filosofia moral utilitarista de Bentham.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTHAM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- BLAUG, Mark (1980). Metodologia da Economia. São Paulo: EDUSP.
- DURKHEIM, E. Ética e sociologia da moral. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- DURKHEIM, E. Sociologia e Filosofia. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.
- FRIEDMAN, M. (1953). A Metodologia da Economia Positiva, Edições Multiplic, ano 1, nº 3.
- GARÓFALO, G. L.; CARVALHO, L. C. P. Teoria Microeconômica. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 574p.
- KUHN, Thomas (1973). Objectividade, Juízos de Valor e Escolha Teórica, in KUHN, Thomas. *A Tensão Essencial*. Lisboa: Edições 70.
- SALVATORE, Dominick. Microeconomia. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1984.
- SANDEL, M. J. Justiça o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SEN, A. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- SIMON, H. A razão nas coisas humanas. Lisboa: Gradiva, 1983.